

ENERGIA EÓLICA NO BRASIL: OPORTUNIDADES E VIOLAÇÕES DE DIREITOS

Judenilton Oliveira dos Santos SOUZA¹
Haroldo SCHISTEK²

RESUMO

A geração de energia eólica tem um potencial distinto de gerar energia com baixo impacto. Este artigo se propõe fazer um breve registro das discussões e debates ocorrida no encontro de organizações parceiras em Natal/RN, e refletir a realidade que as Comunidades de Fundo e Fecho de Pasto tem vivenciado com a chegada dos parques de energia eólica em seus territórios. Este evento oportunizou debates, trocas de experiências e informações importantes na caminhada em busca de um modelo energético ecológico e socialmente justo para o Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Energia eólica, Fundo e Fecho de Pasto, Territórios.

1. INTRODUÇÃO

A energia eólica tem grande potencial para moldar a política energética em tempos de mudança climática. No Brasil, entretanto, a implantação de grandes parques eólicos não respeita os direitos da população rural em cujas terras os parques eólicos são construídos. Em Natal/RN, no encontro entre parceiros de Misereor, organizações que assessoram comunidades rurais e povos tradicionais e vivenciam problemas com as implantações de parques de geração de energia eólicas em seus territórios, debateram e socializaram desafios, oportunidades e diversas informações que contribuíram para aprofundar a discussão acerca da temática.

Apresentamos a seguir, um breve registro das discussões e debates em torno da temática, evidenciando que diante da complexidade da discussão sobre a energia eólica no Brasil, se nota que os desafios são amplos. A geração de energia eólica



Figura 1. Seminário sobre energia eólica em Natal. Fonte: Acervo do Encontro.

¹Engenheiro Agrônomo, colaborador do Irpaa, e-mail: nilton@irpaa.org.br.

²Presidente do Irpaa, Engenheiro Agrônomo, e-mail: haroldo@irpaa.org. Endereço: Avenida das Nações nº 04, CEP.: 48905-531 Juazeiro - Bahia, Brasil.

tem um potencial diferenciado de gerar energia com baixo impacto de CO₂, porém, a forma em que estão sendo implantados os parques, causam inúmeros problemas.

Nos locais onde estão previstos empreendimentos de geração de energia eólica há constante violação dos direitos territoriais de comunidades tradicionais. As empresas muitas vezes se apropriam destes territórios, na maioria das vezes terras públicas devolutas, ocupadas tradicionalmente pelas populações.

2. DESAFIOS MAIORES AINDA PARA COMUNIDADES TRADICIONAIS DE FUNDO E FECHO DE PASTO

As comunidades tradicionais de Fundo e Fecho de Pasto, no Estado da Bahia, tem a posse das áreas coletivas, que usam há gerações para criação de animais e extrativismo, entre outras atividades. A Caatinga é considerada pelas familiares como um santuário ecológico e para às comunidades um patrimônio cultural. A caatinga em pé é uma das maiores riquezas para a vida das comunidades, qualquer alteração nesta condição gera impactos no modo de vida como um todo.

A invasão destes espaços pelas empresas e empreendimentos tem ocasionado modificações no modo de vida destas comunidades. O maior problema para as comunidades é o fechamento das áreas coletivas e caminhos tradicionais, impedindo o acesso das famílias aos seus territórios. Além disso, também são problemáticas a perda de criatórios, a regularização de minifúndios e, de forma mais geral, a grilagem de terras.

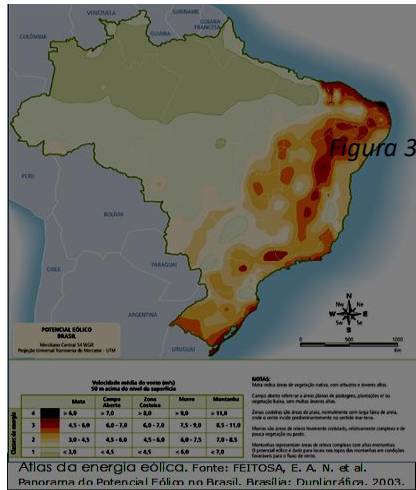


Como toda essa movimentação nos territórios tradicionais, há a especulação imobiliária das terras, que aumenta a cobiça de grileiros que buscam tirar vantagem. Evidencia-se, que as empresas celebram contratos de arrendamento individualmente com pessoas sem um amplo processo de discussão e transparência.

Essa situação se agrava com o desmatamento, chegada de pessoas de outras regiões para construção das instalações, uso pela empresa das reservas de águas comunitária, extinção e afugentamento de animais. Além disso, há também a influência da empresa nos hábitos das famílias o que gera, a médio

Figura 2: Parque Eólico/RN. Fonte: Acervo do Encontro.

prazo, alterações no modo de vida, uma vez que as decisões comunitárias passam a sofrer a ingerência do empreendimento.

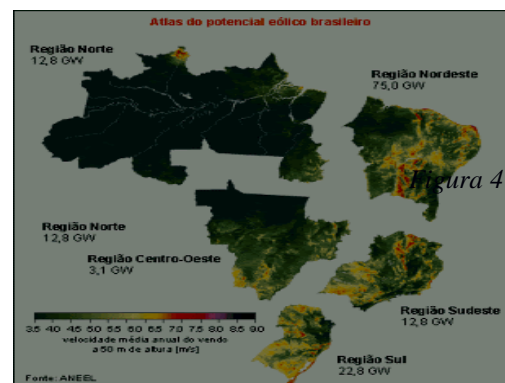


Neste sentido, o enfrentamento precisa vencer o discurso de “energia limpa”, propagado pelas empresas, o qual dificulta/retarda a reação das pessoas. A energia pode ser limpa, porém, a forma de implantação dos parques desrespeita as pessoas e direitos constitucionais.

3. DEBATES SOBRE OS DESAFIOS E POTENCIALIDADES DA ENERGIA EÓLICA

O representante da Frente por uma Nova Política Energética para o Brasil, Joilson Costa e Heitor Scalabrini Costa, docente na Universidade Federal de Pernambuco-UFPE, estiveram no Encontro e apresentaram os desafios e as potencialidades da energia eólica para um modelo energético sustentável.

Foram debatidos entre outras questões, a relação das mudanças climáticas e a necessidade de ações concretas para combater estas alterações. O modelo energético que tem pautado a geração de “energia limpa” é contraditório quando se avalia a forma que estes tem sido implantado.



A evolução da energia eólica no Brasil, a partir de 2010, foi de 932 MW e com projeção para 2020 de 17.189 MW, o que mostra o avanço da construção de novos parques eólicos³. É um fato concreto que precisa de maior articulação dos diversos atores para fazer um enfrentamento e garantir os direitos das populações que estão na rota do vento.

No Brasil há mais de 7 mil torres eólicas das quais mais de 70% estão no Nordeste. A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL tem informações atualizadas sobre a energia eólica, outros dados também estão no site da Associação Brasileira de Energia Eólica - ABEEÓLICA. Quais as consequências deste avanço da implantação destes

³ Para comparar, a usina hidroelétrica de Sobradinho, pequena em relação ao sistema de Paulo Afonso, pode gerar 1.050 MW.

parques eólicos? Ocupação das terras, danos ao meio ambiente, impacto sonoro constante, danos direto às populações locais, entre outros. Enfim, questões precisam ser problematizadas. Qual a relação entre a oferta vezes a eficiência da energia distribuída?

A (des)regulamentação das políticas ambientais e o total desrespeito ao cumprimento da Constituição Federal, que em seu artigo 225 reza sobre o meio ambiente e o direito a sua preservação, o que se observa são ações totalmente contrárias, satisfazendo interesses de uma minoria que prioriza o econômico em detrimento das questões socioambientais.

Outra contribuição importante durante o evento foi do observatório de protocolos de consulta e consentimento, livre, prévio e informado, representado pela professora da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD, Liana Anin Lima. Na ocasião, Liana pontuou sobre o Protocolo da Organização Internacional do Trabalho – OIT, 169, como instrumento para defesa dos direitos das comunidades tradicionais e a importância da construção de protocolos de consulta prévia como estratégia de fortalecimento da luta das comunidades.

Sobre essa pauta, durante o encontro, foi dialogado com o poder público as preocupações e experiências em relação a violação de direitos que vem ocorrendo com a implantação dos parques de energia eólica e proposto ações afirmativas em prol das populações atingidas. O representante do Consórcio dos governadores do Nordeste presente no encontro, Glauber Piva assumiu o compromisso de levar ao conhecimento dos gestores públicos essas informações. O Consórcio dos governadores do Nordeste foi oficializado em julho de 2019 e inclui os nove Estados do Nordeste.

4. COMUNICANDO EXPERIÊNCIAS

Um dos momentos do encontro foi conhecer a experiência de uma comunidade que vem sendo impactada pela implantação de um parque de energia eólica. A visita foi na comunidade Modelo II, projeto de assentamento que foi mapeada para implantação do parque eólico, onde algumas famílias já haviam assinado o contrato com a empresa de geração de energia eólica. O objetivo do intercâmbio foi ouvir as pessoas para saber suas opiniões e experiências. Ficou visível a divisão da comunidade quanto a implantação

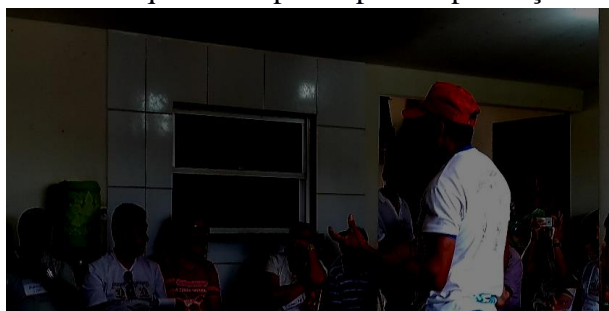


Figura 5. Reunião na Fonte: Reunião na comunidade Modelo II. Fonte: Acervo do Encontro.

do parque, muitas pessoas já haviam assinado o contrato, outras eram contra a implantação. Enfim, diante das questões apresentadas pelas famílias, se vê a necessidade e importância da assessoria jurídica para assessorar às famílias sobre os contratos e demais informações que precisam ser esclarecidas para garantir seus direitos.

Jânio Apolinário Neri, morador da comunidade tradicional de Fundo de Pasto de Boa Vista, Brotas de Macaúbas/BA, participou do encontro e relatou a experiência da comunidade com a implantação do parque eólico, segundo Jânio a empresa não cumpriu com alguns dos compromissos firmados:

A partir de 2008 chegou a empresa com a implantação da torre de medição e, a princípio, eles diziam que o parque não ia trazer nenhum transtorno, pelo contrário, ia trazer recurso, trazer benefício para comunidade, além do arrendamento que ia favorecer o fortalecimento da associação. E naquele momento tudo seria mil maravilhas, mas aí, a partir do desenrolar da implantação do parque, a gente percebeu que as coisas não eram bem da forma que eles colocaram. (Jânio Apolinário Neri, Brotas de Macaúbas/BA).

Em relação ao encontro, Jânio tem a expectativa que fortaleça a luta das comunidades, além de fortalecer as organizações que apoiam as comunidades.

Esse encontro fortalece cada vez mais a gente, porque ele faz com que a gente fica mais esclarecido e mais capacitado para poder levar conhecimentos para comunidade. A partir deste encontro, também agente, fortalece mais os laços de aproximação com as instituições de assessoria, isso fortalece cada vez mais o trabalho das comunidades. (Jânio Apolinário Neri, Brotas de Macaúbas/BA).

Incidir sobre a opinião pública é primordial nesta mobilização para expor as contradições da “energia limpa”. Porém, há muito a ser feito, ainda há pouca incidência sobre a opinião pública local, alguns trabalhos têm se concentrado no fortalecimento de comitês e fóruns que articulem as comunidades atingidas. Infelizmente o tempo de instalação dos empreendimentos é bastante ágil e a organização popular nem sempre consegue acompanhar, o que exige ainda mais do trabalho de fortalecimento e formação das pessoas nas comunidades impactadas.

As famílias têm demandas concretas que é garantir seu modo de vida e a permanência em seus territórios tradicionais. Somado a isto, há a luta por informações, pois as empresas não fornecem informações aos moradores, omitem diversos dados.

A experiência da comunidade de Jânio é exemplo neste enfrentamento. “Só depois da implantação do segundo parque a comunidade passou a conhecer melhor seus direitos, (...) agente passou pelo processo de negociação com essas empresas, nós tivemos avanço

na alteração dos contratos e também na alteração dos valores, agente conseguiu colocar cláusulas criadas pelas comunidades tradicionais”, relato de Jânio.

Segundo Marina da Rocha Braga, Comissão Pastoral da Terra – CPT Centro Norte - Bahia, em entrevista concedida durante o evento:

Algumas comunidades enxergam como positivo a possibilidade de empregos temporários na fase inicial dos empreendimentos, principalmente das Linhas de Transmissão. No entanto, quando as comunidades têm um nível organizativo maior, elas têm conseguido impedir a instalação e, não conseguindo isso, têm exigido alteração nos contratos e/ou ajuizado ações na justiça para anulação dos contratos abusivos (Marina da Rocha Braga, Comissão Pastoral da Terra – CPT Centro Norte - Bahia).

O respeito ao direito de consulta prévia, livre e informada previsto na Convenção nº 169, da OIT, precisa ser assegurado. Às famílias das comunidades precisam conhecer seus direitos e não apenas receber os empreendimentos sem opção de decidir conscientemente o que é melhor e assegurar com clareza o que realmente é de seu interesse.

Neste contexto, o trabalho das organizações e movimentos sociais e populares tem sido de formação e informação sobre a política energética. "Por quê", "para quê" e "como" está se dando a implantação dos parques e outros projetos energéticos? Os impactos, os direitos territoriais, o trabalho organizativo, a articulação, enfim, a discussão de alternativas de energia descentralizada para as comunidades tem sido central nas ações destas organizações.

5. CONSIDERAÇÕES

Este encontro foi fruto da parceria entre organizações e movimentos populares com a Misereor que “não é só agência financiadora, é também uma organização que troca experiências, que dialoga e que acompanha solidariamente os seus parceiros. ” Assim, “Misereor pode enfrentar, juntamente aos parceiros, os desafios que mudam constantemente” (www.misereor.org/pt/sobre-nos).

Segundo Anna Moser, representante da Misereor, contribuir neste encontro é essencial para fortalecer as iniciativas de produção de energias renováveis e o combate as mudanças climáticas. “A Misereor compreende que as energias renováveis têm um enorme potencial no combate às mudanças climáticas e ao mesmo tempo vemos que aqui no Brasil as implementações dos parques eólicos têm violado direitos sociais e ecológicos”, argumenta Ana. Moser destaca que este encontro contribui para qualificar o debate, junto aos atores que trabalham com esta temática em perspectivas diferentes e fortalecer

a articulação entre as diferentes entidades parceiras.

Conclui-se que este evento oportunizou debates, trocas de experiências e informações importantes na caminhada em busca de um modelo energético ecológico e socialmente justo para o Brasil.

6. BIBLIOGRAFIA

Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEÓLICA). Disponível em: http://abeeolica.org.br/wp-content/uploads/2020/02/Infovento-14_PT.pdf> Acesso em:20/03/2020.

Agencia Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Disponível em: http://www2.aneel.gov.br/arquivos/pdf/livro_atlas.pdf

Atlas Energia Elétrica Brasil. Disponível em: file:///C:/Users/User/Desktop/Artigo%20eólica/2005_AtlasEnergiaEletricaBrasil2ed.pdf> Acesso em:2020/03/20.

Atlas mapas eólicos. Disponível em: http://www2.secti.ba.gov.br/atlasWEB/mapas_eolicos.html> Acesso em:20/03/2020.

Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA). ROTEIRO PREPARATÓRIO PARA O ENCONTRO DE PARCEIROS DE MISEREOR: ENERGIA EÓLICA NO BRASIL: DESAFIOS, OPORTUNIDADES E PROTAGONISTAS.

MISEREOR. Disponível em: <<https://www.misereor.org/pt/sobre-nos/>> Acesso em: 21/03/2020.